

ATA Nº1 | CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a primeira reunião extraordinária do mandato autárquico 2025/2029 do Conselho Municipal de Educação, enquanto instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover, a nível municipal, a articulação da política educativa, assegurando a intervenção concertada dos agentes educativos e dos parceiros sociais, bem como a análise e acompanhamento do funcionamento do sistema educativo, propondo as ações consideradas adequadas à melhoria dos seus níveis de eficiência e eficácia.

No âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à tomada de posse dos conselheiros que integram este órgão, ficando formalmente instalado o Conselho Municipal de Educação para este mandato.

Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foi aprovado, por unanimidade, o Regimento do Conselho Municipal de Educação.

No que concerne ao terceiro ponto, relativo à análise e reflexão sobre o ponto de situação do ano letivo em curso, as três IPSS presentes — Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho, O Baguinho e Santa Casa da Misericórdia — manifestaram elevada preocupação face ao número significativo de crianças em lista de espera na valência de creche, superior a setenta e cinco, não existindo, atualmente, capacidade de resposta adequada. Esta situação tem originado constrangimentos relevantes para as famílias, nomeadamente a impossibilidade de muitos pais e encarregados de educação exercerem a sua atividade profissional por falta de resposta social para acolhimento dos seus educandos. No que respeita ao ensino pré-escolar assegurado pelas IPSS, foi igualmente salientada a desigualdade face ao setor público, atendendo a que, nas IPSS, a frequência implica comparticipação financeira das famílias, ao contrário do ensino público, que é gratuito.

Relativamente ao 1.º ciclo do ensino básico, o Diretor do Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia informou que, no presente ano letivo, se encontram em funcionamento doze turmas em cada um dos Centros Escolares, designadamente Alagoas e Alameda. Destacou, ainda, o apoio contínuo da autarquia, nomeadamente através da dinamização de um conjunto alargado de atividades complementares aos currículos, como o Clube de Xadrez, desenvolvido no período de almoço, as atividades de acompanhamento e apoio à família no pré-escolar, com funcionamento até às 19h00, bem como as atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo, todas asseguradas por técnicos superiores do Município.

O Diretor do Agrupamento manifestou, igualmente, preocupação com a escassez de docentes para substituição em situações de ausência por motivo de doença, bem como com a elevada média etária do corpo docente.

Face a esta problemática, foi discutida a possibilidade de transferência das três turmas do 3.º ciclo atualmente em funcionamento na Escola Básica 2/3 para a escola sede, permitindo a integração dos alunos nas turmas existentes. Foi, ainda, refletido que esta eventual reorganização poderia contribuir para uma maior proximidade etária entre os alunos e mitigar alguns constrangimentos identificados, sendo considerada uma solução a ponderar.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio, referindo a crescente incidência de alunos com perturbações do espectro do autismo, particularmente no pré-escolar e no 1.º ciclo, situação corroborada pelos presentes, que manifestaram preocupação. Informou, neste contexto, que recebeu recentemente uma comitiva das Misericórdias do Brasil, com trabalho desenvolvido nesta área, tendo sido solicitado a apresentação de um projeto com vista à criação de um Centro Polivalente dedicado ao autismo, com potencial de resposta não apenas ao concelho, mas também à escala da CIM Douro e, eventualmente, da Região Norte.

No que respeita ao ensino secundário, via profissional, a Diretora da Escola Profissional e de Desenvolvimento Rural do Rodo salientou algumas preocupações, nomeadamente as dificuldades na divulgação da oferta formativa da escola junto de outros estabelecimentos de ensino, agravadas pelo facto de a instituição não dispor de 3.º ciclo, o que limita o recrutamento de alunos. Referiu à necessidade de reforçar a orientação vocacional dos alunos do 9.º ano e respetivos encarregados de educação, de forma a adequar a oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e aumentar a empregabilidade dos alunos no final do seu percurso profissional. Informou, ainda, que municípios como São João da Pesqueira, Santa Marta de Penaguião e Tarouca manifestaram interesse na divulgação da oferta formativa da escola nos seus territórios. Sublinhou, por fim, a importância dos cursos profissionais responderem às necessidades regionais, bem como o papel dos CTeSP na continuidade da especialização.

Ainda neste ponto, a representante dos serviços públicos de saúde informou que se encontra em fase de implementação um novo programa de Saúde Escolar, destacando-se a vertente da saúde mental, através do Programa +Contigo, a desenvolver em parceria entre a equipa comunitária de saúde mental e a ULSTMAD. No âmbito da saúde oral, foi referido que o programa SOBE+ deixou de disponibilizar os kits de escovagem ao pré-escolar, situação que será colmatada pelo esforço do Município, que, através da equipa da educação do PIPSE, assegurará a sua distribuição a todas as crianças do pré-escolar, dos setores público e privado, no início do próximo ano letivo. Relativamente aos índices de obesidade infantil, a representante dos serviços públicos de saúde informou que o concelho ainda apresenta valores elevados. Contudo, foi destacado o trabalho consistente desenvolvido, nos últimos anos, pela equipa da educação do PIPSE, nomeadamente através da intervenção da nutricionista afeta à equipa, no âmbito do qual é efetuada, anualmente, a medição do Índice de Massa Corporal a todos os alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. Desde a implementação desta medida, em 2019, tem-se verificado uma redução muito significativa destes indicadores. Os alunos identificados com excesso de peso ou obesidade são devidamente encaminhados para acompanhamento no Centro de Saúde, pelo seu nutricionista, em articulação permanente com a nutricionista da Câmara Municipal.

No ponto “Outros Assuntos”, a Diretora da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo manifestou preocupação quanto à intenção de alteração da designação do Curso Técnico Profissional Vitivinícola para Curso Técnico Profissional de Enologia e Enoturismo, proposta associada ao organismo EduQA e discutida no âmbito da reunião SANQ realizada a 30 de janeiro, no AUDIR. Considerou que tal alteração não se revela adequada do ponto de vista pedagógico, técnico e estratégico, por não refletir as reais necessidades da Região Demarcada do Douro.

Sublinhou que as áreas da viticultura e do turismo possuem naturezas distintas, com enquadramentos científicos e profissionais próprios, pelo que a sua fusão numa única designação compromete a coerência curricular e desvirtua a identidade formativa do curso. Reiterou o papel estruturante da viticultura na economia e identidade da região, salientando que o curso tem assegurado a formação de técnicos qualificados e com elevada empregabilidade. Alertou, ainda, para os riscos associados à alteração proposta, nomeadamente ao nível da adequação às necessidades do setor, do reconhecimento académico e da perceção por parte dos agentes económicos, podendo tal medida traduzir-se numa desvalorização do setor vitivinícola e das escolas profissionais agrícolas. Concluiu defendendo a manutenção da designação atual do curso, admitindo apenas a introdução de ajustamentos que promovam a sua atualização, designadamente através da inclusão de conteúdos ligados à agricultura sustentável, regenerativa e às boas práticas ambientais. Por fim, foi registado o reconhecimento pelas diligências desenvolvidas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal junto das entidades competentes e da tutela relativamente a esta matéria. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos legais.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação



José Manuel Gonçalves

Secretariou o Conselho Municipal de Educação



Mónica Valente